

CEDI - P. I. B.
DATA 24 / 11 / 93
COD. IAD 00038

POPULAÇÕES INDÍGENAS DO BRASIL:
PERSPECTIVAS DE SOBREVIVÊNCIA NAS
REGIÕES NORTE E CENTRO-OESTE

Carlos Alberto Dória

Carlos Alberto Ricardo

São Paulo, janeiro de 1972.

Na antropologia brasileira os problemas relativos à sobrevivência das populações indígenas tem merecido a atenção de alguns poucos cientistas, a saber: Roberto Cardoso de Oliveira, Carlos de Araujo Moreira Neto e Darcy Ribeiro, além de alguns outros engajados em programas de pesquisas orientados pelos primeiros (+). A análise do problema, em toda sua complexidade, só foi exaustivamente desenvolvida a cerca de quinze anos atrás num artigo de D. Ribeiro intitulado Línguas e Culturas Indígenas do Brasil, onde analisou o comportamento da população indígena num período que compreende meio século.

Atualmente, recentes conflitos entre vários grupos indígenas e certos setores da população brasileira, bem como as perspectivas apontadas pela nova política indigenista brasileira - após a extinção do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) e sua substituição pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI) em 1967 - têm levado, por si só, a uma certa militância dos cientistas sociais, tanto em âmbito nacional como internacional, em prol da causa indígena.

Tal militância, no que pode ser frutífera, exige que se procure compreender o problema em seus aspectos mais heterogêneos. Pretendemos, neste artigo, fornecer alguns elementos que contribuam para esta melhor compreensão.

Primeiramente convém ^{ss} ressaltar que para ~~que~~ ^{poder} se avaliar as dimensões e implicações atuais do problema indígena brasileiro, será necessário retomar as considerações feitas, pelos autores acima citados, introduzindo-se - no âmbito da análise - informações atualizadas e as novas variáveis características do período recente. Mais detalhadamente, dever-se-á levar em conta:

a) As alterações populacionais sofridas pelos grupos indígenas na década de 60, isto é, a composição atual dos quadros populacionais no que diz respeito à magnitude dos grupos, sua localização geográfica, o grau de dependência frente à sociedade nacional, o estado de saúde, etc. A comparação do citado trabalho de D. Ribeiro com os dados da lista que faz parte do presente trabalho poderá ser de grande ajuda nesta tarefa. (Ver também nota explicativa mais adiante).

(+) Para referências bibliográficas, consulte-se a bibliografia geral.

b) Os planos de ocupação econômica dos "espaços vazios" das regiões Amazônica e Centro-Oeste que recentemente começam a ser implantados - com a construção de estradas, criação de projetos de colonização, mineração e agro-pecuários.

A tabela abaixo mostra a distribuição da população de 63 grupos indígenas das regiões Amazônica e Centro-Oeste segundo o fator ou fatores - que provavelmente determinarão, em futuro próximo, suas possibilidades - de sobrevivência. Exclui-se as populações localizadas no Parque Nacional do Xingu.

FATORES DE INFLUENCIA	NUMERO DE GRUPOS	POPULACAO			
		mínimo		máximo	
		1957 (*)	1971	1957 (*)	1971
1. Estradas					
Região Norte	30 (47,6)	13.100	11.185	18.250	11.695
Região Centro-O.	<u>6 (9,5)</u>	<u>5.100</u>	<u>5.600</u>	<u>6.750</u>	<u>5.650</u>
Total	36 (57,1)	18.200	16.785	25.000	17.345
2. Mineração					
Região Norte	20 (31,7)	10.200	11.115	14.000	12.535
Região Centro-O.	<u>4 (6,3)</u>	<u>1.100</u>	<u>2.100</u>	<u>1.750</u>	<u>3.100</u>
Total	24 (38,0)	11.300	13.215	15.750	15.635
3. Pecuária					
Região Norte	7 (11,1)	1.300	955	1.650	1.005
Região Centro-O.	<u>19 (30,1)</u>	<u>6.900</u>	<u>7.435</u>	<u>10.800</u>	<u>9.285</u>
Total	26 (41,2)	8.200	8.390	12.450	10.290
Total Geral	63(100,0)	34.450	32.565	47.850	36.095
TOTAL NACIONAL	143	68.100	75.400	99.700	80.400

(*) Darcy Ribeiro conseguiu apurar dados de população para 109 dos 143 grupos existentes em 1957. Para os restantes, admitiu uma - média de 500 indivíduos por grupo. Para os dados referentes à - estimativa de 1971, ver nota explicativa mais adiante.

Estes 63 grupos representam 44% dos grupos (143) identificados por D. Ribeiro em 1957(+ que totalizavam, à época, de 50,5% (34.450) a ... 47,7% (47.850) do total da população admissível (68.100 a 99.700, com - erro de 10% para mais ou para menos). Quatorze anos após, ainda represen - tam de 43,1% (32.565) a 44,8% (36.096) do total atualmente admissível - (75.400 a 80.400, com um erro provável de 10% para menos), isto é, a po -

(+) Ver RIBEIRO, 1957, p.39; 1970, p.258.

população indígena localizada nas regiões Norte e Centro-Oeste - nos locais em que serão implantados os projetos de ocupação econômica da área - sofreu uma redução de, na melhor das hipóteses, 3,9% e, na pior, 7,4%. Isto significa que, no período, estas populações entraram em interação extremamente negativa com as populações neo-brasileiras.

De fato não se pode, hoje em dia, falar da sobrevivência dos grupos indígenas como uma função de seu grau de isolamento dos agentes da sociedade nacional; trata-se de uma postura absolutamente irreal. Dos 21 grupos isolados em 1957 todos faziam parte dos 63 analisados na tabela; hoje apenas nove grupos da área estudada permanecem nesta condição, não tendo a FUNAI poupado esforços para atraí-los. São: os Cinta-Larga, Canoeiros, Agavotukeng, Kayabi, Galera, Karúya, Arara, Kararáó e Ipowí. Além disto estes grupos constituem apenas 12% dos 63 que sofrerão a influência direta do novo ciclo colonizador. Será mais acertado, portanto, encarar-se a sobrevivência das populações indígenas como função de tipo de interação que vêem-se forçados a estabelecer com a sociedade nacional capitalista.

No mapa em anexo encontra-se a sobreposição dos planos de colonização e a distribuição das populações indígenas da região. Ele permite concluir que 57,1% (36) dos 63 grupos sofrerá, em seu habitat, tanto a ação pioneira das estradas (1) como, muitas vezes, a ação - em geral combinada - dos projetos mineradores (38%) e/ou pecuários (41,2%). Isto é, as perspectivas atuais estão a indicar que as populações indígenas não se enfrentarão apenas com frentes extrativistas, pastoris ou agrícolas mas, provavelmente, com formas combinadas destes tipos de exploração econômica. A julgar pela história das relações índio-branco, na região em apreço, trata-se de uma situação absolutamente inédita.

Diferentemente

das formas anteriores de exploração destas regiões, ela se fará de forma planejada, isto é, visa¹ localizar - de forma definitiva - contingentes populacionais que servirão de ponta de lança nesta nova empresa capitalista; além disso tais projetos pretendem servir de desafogo social das regiões sul e nordeste do país, onde tais-

(1) Supomos que a influência das estradas se fará sentir, embora em nem-toda sua extensão, num raio de pelo menos 100 Km de cada lado - área esta reservada pelo Estado para a implantação de planos de apoio. - Convém lembrar, por analogia, que no período 1960-1970 a população - que vive em função da estrada Belém-Brasília saltou de 100.000 para 2.000.000 (excluindo-se as cidades de Brasília, Anápolis e Belém), -

populações encontram-se em situação de desemprego e subemprego. Esta nova colonização não realizará fluxos e refluxos sobre o território indígena, como as formas anteriores, mas, ao contrário, caracteriza-se como - possivelmente definitiva e extremamente espoliadora.

c) As diretrizes e consequências da atual política indigenista da FUNAI, como reflexo de sua vinculação ao Ministério do Interior que, por sua vez, é o órgão promotor e responsável pela formulação dos planos de colonização.

Quando se fala da atual política indigenista (desde a fundação da FUNAI) muitas vezes se supõe que ela possua elementos substancialmente - novos de modo a autorizar uma distinção em relação ao período anterior, do SPI. Na verdade a política indigenista sempre apresentou constantes - históricas que permitem concluir que a aquisição de novos territórios pelos brancos sempre se faz "a custa do índio e contra ele"(+). Se houve - uma mudança, esta foi em relação à destinação que se quer para o índio - no interior da sociedade nacional.

Quando de sua fundação o SPI pretendia a transformação dos índios - em lavradores, realizando assim sua completa e rápida assimilação. A resistência tanto do branco como do índio a entrarem em interação pacífica e produtiva fez com que alguns membros do SPI compreendessem "que seu papel consistia em assegurar-lhes o direito de viver segundo seus costumes tradicionais, protegê-los contra as violências dos invasores civilizados e conduzir o processo de sua integração progressiva na vida regional de modo a garantir-lhes a sobrevivência"(++).

Por outro lado,

a história do SPI é marcada por períodos de trabalho fecundo alternado por períodos de recessão causada pela falta de verbas, de pessoal qualificado e de poder e autoridade para fazer respeitar nos sertões a legislação protecionista. Por esta razão é parcial toda análise - que se detenha apenas nos aspectos legais (formais) da problemática indígena. A questão da posse efetiva e garantida da terra é a base da problemática indígena, não a questão do direito à terra. Este "direito" está - amparado em ampla legislação que data dos tempos coloniais aos dias atu-

⑥ número de povoados ou cidades de 10 para 120 e o rebanho bovino de zero para 5.000.000 de cabeças.

(+) MOREIRA NETO, C. de Araujo + 1967, p. 176.

(++) RIBEIRO, Darcy: 1970, p. 192.

ais; o que importa é que isto jamais significou obstáculo real ao exercício da colonização, contra o índio.

A ineficácia administrativa, o desvio de verbas e escândalos de repercussão internacional (que davam conta de massacres de índios com a conivência dos próprios funcionários do SPI) fizeram com que ele fosse extinto pelo Governo criando-se, em seu lugar, a FUNAI no ano de 1967 (lei nº 5.371, de 5 de dezembro de 1967) ^{embuída de propósitos reformadores}. Certamente algumas modificações se realizaram no órgão protecionista, principalmente de caráter administrativo, mas uma série de vícios do antigo Serviço perduram até hoje (').

Os vícios que perduram são aqueles que confirmam as "constantes históricas" no trato com o índio, agravadas por uma nova visão das relações indio-branco. Esta visão incorpora, ^{ao menos parcialmente} a representação e as expectativas que as populações regionais possuem do índio. Eis o que diz um documento da FUNAI: "Nova compreensão da FUNAI sobre a problemática indígena está a apontar a necessidade de se apressar a execução dos planos de desenvolvimento das comunidades indígenas - de forma que o índio deixe de ser aquele suposto obstáculo, para tornar-se, de fato, um verdadeiro fator de desenvolvimento nacional, capacitado a enfrentar, - melhor do que ninguém no seu habitat, os desafios da vida contemporânea. Atraí-lo não é tudo. O importante é assisti-lo, instruí-lo, instrumentalizá-lo..." (§). Ou ainda o que diz o delegado da FUNAI em Rondônia: o governo "procura conciliar sua política de expansão e desenvolvimento com a integração do índio. Ou o índio se integra rapidamente ou será exterminado" (§).

[§] Se a política do SPI era, ao menos em tese, protecionista, o advento da FUNAI significou o endosso oficial da opinião daqueles que vêm o índio de uma maneira economicista e utilitarista. [A visão do índio como um indivíduo produzindo para um mercado capitalista não significa para a FUNAI a efetiva desintegração da cultura tribal { como a história da totalidade dos grupos integrados está a demonstrar } mas, antes, é uma meta-

(') Este período da história do serviço protecionista é bastante conturbado e pouco documentado. Agrava esta situação a atual atitude da FUNAI de não prestar esclarecimentos públicos, salvo quando absolutamente necessário para evitar escândalos. Contudo pode-se encontrar dados para este período da história do órgão protecionista, que documentam os fatos referidos, no relatório da COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO (CPI) da Câmara dos Deputados, realizada em 1968 e publicada no Diário do Congresso Nacional no dia 28 de abril de 1971. Veja-se, especialmente, os depoimentos de Alvaro Vil

a ser alcançada, em nome da auto-suficiência daquelas populações. Em conseqüência, o que se pretende ao se capacitar e instrumentalizar o índio, é que ele venha a ser, em futuro não muito remoto, um sócio menor do branco na conquista de "novas terras". ^{mas o que} Diz outro documento oficial: "...é tempo...de corrigir-se essa distorção, a fim de que a penetração territorial se faça racionalmente, sem esquecer que a sua capilarização final - pelas aquavias e picadas ou estradas carroçáveis - se fará muito mais rapidamente com a mobilização do índio"(*).

Se para o SPI era objeto de censura a atitude de fazer do índio um tarefeiro, remeiro, ou designá-lo a qualquer forma de trabalho assalariado, para a FUNAI esta é uma meta no processo de "capacitação econômica do índio. No mesmo documento citado, esta intenção é melhor explicitada nos seguintes termos: "é vantajosa a integração, pois o índio mais adaptado à selva é o próprio silvícola, só tendo o branco a lucrar da sua experiência. Ademais, ali a mão-de-obra indígena sempre foi usada com proveito e se escasseou foi por culpa do branco que não soube preservar a saúde do índio e suas instituições tribais..."(*).

Por outro lado, somam-se as mudanças decorrentes das modificações administrativas da FUNAI no sentido de capacitar o índio $\frac{1}{2}$ os remanescentes dos grupos integrados, e os que dentro em breve estarão nas mesmas condições $\frac{1}{2}$ para a produção. ^{Para conseguir isto} a FUNAI postula o desmembramento das várias funções assistenciais que o antigo SPI reunia como responsabilidades exclusivamente suas diante das comunidades indígenas:

1. Os problemas de saúde das populações indígenas estão, hoje, a cargo do Ministério da Saúde. Por sinal parece ser este o único aspecto que tende a melhorar um pouco as condições de vida dos índios, dado o número de convênios realizados ^{com aquele Ministério e alguns hospitais.}
2. O desenvolvimento econômico das comunidades indígenas, a cargo do Ministério da Agricultura. Vinte e oito projetos já estão aprovados pela FUNAI

Notas da página anterior:

Las Boas - no tocante aos aspectos administrativos, e o de Jader de Figueiredo Correia - no tocante a transações de terras indígenas.

(§) FUNAI- Supysáua, Brasília, 1971.

(§) Francisco Neifeles - Entrevista concedida à Revista Realidade, outubro de 1971.

(*) PLANO DE INTEGRAÇÃO INDÍGENA - Apresentado pela FUNAI ao Ministro do Interior, General Albuquerque Lima. Folha de São Paulo: 29 de dezembro de 1968.

para serem implantados na 1ª etapa experimental de "exploração orientada do patrimônio indígena". Entre eles, o que visa a produção de 500 mil sacas de arroz, em 10 mil hectares, pelos índios Karajá da ilha do Bananal e o aumento do rebanho da mesma tribo de 4 mil para 12 mil reses(+).

3. Os problemas de invasão de terras indígenas, a cargo do Ministério da Justiça e das polícias federal e estaduais.

4. A orientação do "processo aculturativo", a cargo do Ministério da Educação. Já foram contratados 45 auxiliares de ensino para atuar nas escolas mantidas nos Postos Indígenas de São Paulo, Sta. Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná, Goiás e Mato Grosso. A população escolar indígena é ^{total} de 12.300 indivíduos. Através do ensino em caráter bilingue "nessas escolas, os índios, além de aprender a ler e escrever, recebem noções práticas de trabalhos em hortas, granjas, corte e costura, sapataria, carpintaria e outras profissões" (++)).

À FUNAI, como órgão coordenador, cabe apenas fazer o levantamento das necessidades indígenas, apontar prioridades e estabelecer convênios com os demais ministérios e entidades afins. Em nome da eficiência administrativa a realidade indígena perde, no planejamento da ação, o que por sua vez é peculiar ^{modo} e que justifica a existência de um órgão especial, da natureza da FUNAI } e dissolve-se, de ^{maneira} indistinta, no equacionamento das problemáticas gerais da população nacional.

É desta forma que se deve entender a política indigenista da FUNAI, no que possui de novo: preparando o índio para ingressar em setores definidos da estrutura de classes da Nação.

As consequências destas transformações na política indigenista oficial tem-se feito sentir por toda parte, onde quer que se defrontem os interesses dos índios com os interesses colonizadores. Analisemos aqui três casos indicativos do futuro das populações indígenas da região Norte e da região Centro-Oeste.

1ª - Em meados do ano de 1971 o Parque Nacional de Xingu foi cortado, ao norte, por uma rodovia que ligará Brasília à rodovia ^{extra} Cuiabá-Santa

(+) A este respeito, ver entrevista do Gal. Bandeira de Mello, Folha de São Paulo: 19-10-1971. Para uma análise detalhada do uso da "terra indígena", veja-se OLIVEIRA, Roberto Cardoso de - "Indigenismo ou Colonialismo?": Revista Civilização Brasileira, nº 19/20, Rio, 1968.

(++) Folha de São Paulo: 19-10-1971.

ren. Esta estrada avança numa região de campos e cerrados que deverá, pe-
los planos, converter-se num dos maiores centros de abastecimento de car-
ne do país. O avanço da estrada correspondia aos interesses de empresas-
construtoras, de fazendeiros e do Governo Federal, contando com o apoio
da FUNAI; era contrário - pelo seu traçado cortando o Parque - aos inte-
resses dos índios e aos mais elementares princípios protecionistas.

A época iniciou-se grande polêmica em torno do assunto. Enquanto a
estrada (BR-80) era apenas um plano fora estudada a possibilidade de uma
mudança no traçado de forma a contornar o Parque, mais ao norte. Não ha-
via problemas técnicos que impedissem que o desvio fosse feito: sua exten-
são seria aumentada em 150 km o que seria compensado, dizia-se, pela van-
tagem de atravessar fazendas que estavam sendo implantadas ao norte do
Estado de Mato Grosso e sul do Pará. O próprio diretor do Departamento Na-
cional de Estradas de Rodagem (DNBR) declarou-se a favor da modificação-
do traçado que, segundo ele, não traria problemas sem solução e teria a
vantagem de preservar a reserva(+).

Por outro lado em conferência no Clube de Engenharia, o General -
Frederico Augusto Rondon colocava-se na linha de fr^{nt}e de defesa dos in-
teresses colonizadores. "Espero que a BR-80, dizia, acabe realmente com-
esse Parque Nacional de Xingu, que está se tornando prejudicial à segu-
rança e ao desenvolvimento do Brasil"(++). Ao mesmo tempo, fazendeiros -
da região se dispunham a empregar os índios como seus trabalhadores, por
um salário justo e dar-lhes "melhores condições de vida".

As repercussões do problema levaram o Governo a adotar uma medida-
supostamente conciliadora: estabeleceu novo traçado para o Parque, exclu-
indo a área correspondente à rota da BR-80, ao norte, e acrescentando á-
rea idêntica em novas terras a oeste. Fato consumado, o Ministro do Inte-
rior, Costa Cavalcanti, declarou que pela solução adotada "não ficará -
nenhuma pendência em relação a projetos de incentivos agropecuários da -
Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e a BR-80 não -
cortará o tão falado Parque"(').

Como primeira

[] consequência cerca de 300 índios Tzukahanãi, que vivem próximos
à cachoeira de von Martius { ao norte do Parque }X deverão ser transferi

(+) Estado de São Paulo: 13-5-1971.

(++) Idem: 13-5-1971.

(') Estado de São Paulo: 13-7-1971.

dos de uma região de matas densas para outra, a 250 km de seu habitat, - onde predomina a mata rala e o cerrado. Esta forma de preservá-los de - contacto com a estrada tem encontrado resistência por parte dos índios e estes, por sua vez, já deram início a incursões hostis nos acampamentos - das firmas construtoras da estrada.

Nada permite crer que o caso do Parque Nacional do Xingu seja um - acontecimento isolado. Ao que tudo indica, a inviolabilidade das reservas indígenas é tese aposentada pela : própria FUNAI. O próprio presiden - te do órgão, em conferência sobre política indigenista pronunciada na - Escola Superior de Polícia em Brasília, anunciou que "a exemplo do que - ocorre com o Parque Nacional do Xingú, as terras dos índios Atruahí-Naimiri serão também cortadas por uma rodovia federal, a Manaus-Boa-Vista... a estrada servirá de linha divisória entre as áreas destinadas - aos Atruahí e aos Naimiri, tribos que são inimigas entre si? Como princí - pio norteador na defesa dos territórios indígenas a FUNAI, conforme decla - rou seu presidente nesta mesma ocasião, desaprova o "deslocamento de tri - bos de seus territórios para outros, a não ser que a medida seja recomen - dável por questões de segurança nacional"(x).

2º - As limitações da ação protecionista fazem-se sentir mais marca - damente nas áreas de economia mercantil-extrativista onde o índio tem si - do vítima de perseguições intermitentes, efetivadas com o apoio tácito - dos poderes locais e regionais.

Como resultado dos dois ciclos da borracha - o 1º em fins de século passado e começo do atual, o 2º por ocasião da Segunda Grande Guerra - atingiu-se um dos mais altos níveis de extermínio e desorganização tri - bal alcançados na história do alargamento de fronteiras econômicas do pa - ís. As possibilidades de sobrevivência dos índios da Amazônia somente - voltaram a vigorar com a queda da economia da borracha.

Por ocasião do 1º ciclo os brancos ^{penetram} a floresta nos cursos baixos e médios da quase totalidade dos rios que formam a bacia - amazônica, já no segundo ciclo ^{ab} esgotadas as reservas primitivas, - o "exército da borracha" chegou ^{as} alto curso dos rios, indo de encontro a ^{outras} tribos ^e aquelas que haviam se refugiado da primeira in - vasão. Sem ter entrado em interação produtiva com o índio, ^{onde} dele se apro -

(x) Folha de São Paulo:22-5-1971.

rixando apenas para matá-lo e subtrair-lhe a mulher ou tenta^p engajá-lo como canoieiro) com a queda do preço da borracha não restou outra alternativa^a à população branca senão evacuar o território conquistado a - bala, refluindo para locais onde pudesse desenvolver uma economia de sub - sistência.

Mas o embate violento entre índios e brancos, típico desta forma - de penetração, não se fez sentir por todo o vasto território norte. A "estrada da civilização" seguiu^b exatamente o curso dos principais rios e seus afluentes, não raro penetrando os igarapés, sem contudo deitar - raízes duradouras: permaneceram intocáveis ao ciclo da borracha enormes bolsões em meio à floresta.

Hoje em dia um destes últimos bolsões, que abriga de 5 a 6 mil - índios, é constituído pela vasta região ao sul do Território de Rondônia e limites dos Estados de Mato Grosso e Amazonas. Aí vivem os Cinta-Lar - ga, os Suruí e remanescentes Nambikwára. Esta região vem sendo conquis - tada a estas populações, na maioria isoladas ou em contactos apenas e - ventuais com nossa sociedade, através de uma forma combinada de economia extrativa e agro-pastoril. A exemplo do período da borracha as populações brancas avançam sobre o território indígena com a mesma violência e agres - sividade mas, ao contrário daquele período, as iniciativas agrícolas e - pastoris conspiram no sentido de possibilitarem uma fixação definitiva à terra.

Diante desta nova penetração civilizadora, a pacificação das popu - lações indígenas arredias que ainda ocupam e defendem este território - torna-se, dia a dia, um dos - itens prioritários da política indige - nista nacional (+); basta dizer que o Território da Rondônia - abrangen - do grande parte da região em apreço - é hoje responsável por mais de 85% da produção nacional de estanho (cassiterita), minério tido como estraté - gico para a segurança nacional.

É com esta associação extrativista-agro-pastoril, que - conta com o apoio irrestrito dos poderes locais, regionais e nacional, - que doravante se enfrentarão - em condições crescentes de desigualdade -

(+) "(A pacificação) foi a melhor forma que o Brasil encontrou para har - monizar o processo de deslocamento para o interior da fronteira cul - tural do branco, processo este irreprimível, pois é a própria marcha da Nação para a posse de si mesma. Assim, a FUNAI...tem de levar em - conta, de um lado, as necessidades da integração nacional, o interês - se da comunidade brasileira, que quer expandir-se e que se está ex -

de forças - as populações indígenas da área.

Embora os atritos com estas populações datem de 1964, somente agora a FUNAI viu-se na incumbência de dar início aos trabalhos de aproximação. Primeiramente foram os colonos, organizados em firmas especializadas em colonização ~~estabelecidas nos locais mencionados anteriormente~~, que retalharam e venderam a área às populações fugidas do campo no Nordeste e Sul do país. Em seguida os caçadores de peles, penetrando fundo na selva, e os garimpeiros atraídos pela ocorrência de cassiterita na região. Hoje os invasores do território indígena são cerca de "10 mil homens que avançam armados sobre as faixas mais densas de floresta, sempre atirando, por gosto e por medo, na sua fúria de penetração" (+); chegando, sem maiores escrúpulos, a uma distância de 17-km das aldeias, matando e contaminando os índios com sarampo. Com a criação do PARQUE NACIONAL DO ARIPUANÃ, em 1970, o Governo nacional pretende conter este processo de invasão sem, ^{podendo} ~~podendo~~, reverter o processo civilizatório desencadeado pela construção da estrada Brasília-Acre (BR-364). Mas a evacuação do território indígena é tão impraticável como qualquer medida de caráter estritamente legal.

[] Por aquela época os garimpeiros da região organizaram uma expedição punitiva na qual foram cometidas as maiores atrocidades, dentre elas o caso de uma índia que foi aberta ao meio, do púbis à cabeça, a golpes de facão. Apesar das investigações, os elementos que tomaram parte na expedição continuam impunes e a viver naquela mesma região. No ano de 1968 houve um novo conflito: um grupo de garimpeiros penetrou na área indígena, desta vez sem propósitos de gerar desentendimentos, sendo que um deles - foi morto. Em represália organizou-se outra expedição punitiva na qual foram assassinados 10 Cinta-Larga, conforme declarações dos próprios membros da expedição [] (=).

Finalmente, ^{no mesmo ano (1968)} [] foram organizadas duas frentes da FUNAI tentando entrar em contacto com os índios: uma de Porto Velho, com o auxílio do 5º Batalhão de Engenharia; outra de Cuiabá,

pendindo, afastando quaisquer obstáculos no caminho do desenvolvimento; e, de outro lado, as necessidades do índio..." FUNAI - Supysáua

(+) Jornal do Brasil: 13 de dezembro de 1971.

(=) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - Depoimento de Alvaro Villas Boas, Diretor do Departamento de Assistência, p. 20.

chefiada pelo inspetor Francisco Meireles. Foram estabelecidos contactos com grupos Suruí, três aldeias Cinta-Larga (dos chefes Noara, Itxerkoba e Dikimóia) e alguns subgrupos Nambikwára como os Galera. A pacificação ^{destes} grupos apenas aumentou o potencial conflitivo da região. Em consequência dela grandes contingentes de caçadores de pele, seringueiros e garimpeiros que antes respeitavam e temiam os índios pelo fato de serem hostis, ^{do} estão agora propensos a invadir suas terras com muito menos escrúpulos que antes.

A pacificação, nas áreas em que os organismos centrais não podem - mesmo que queiram, dada a fraca presença das instituições nacionais (*) - agir com poder de polícia para conter os desmandos cometidos pelos brancos contra o índio, tem significado, via de regra, uma política de desarmamento indígena que acaba por sujeitá-lo mais fácil e rapidamente ao domínio neo-brasileiro. ^{Mas} enquanto reste aos índios um mínimo de coesão grupal que permita a organização de expedições punitivas contra o branco, a falta de eficácia da ação protecionista tende a agravar ainda mais a situação, redundando em prejuízo maior para o índio.

Este paradoxo é o que atualmente vivem os Cinta-Larga, após o recente massacre realizado no sobposto Sete de Setembro, no Rio Roosevelt, em que os índios fizeram vítimas três funcionários da FUNAI encarregados dos serviços de pacificação. Tais expedições aterrorizam os brancos e, não raro, ^{ainda} poderão vir a originar contra-expedições da mesma natureza, como em 1968.

^{Estes} acontecimentos, em vez de orientarem uma revisão da política aplicada a estas regiões, só tem trazido a tona a ambiguidade dos compromissos da FUNAI. Chegou-se a acusar uma companhia mineradora (Galdeano) de manter uma matilha de cães amestrados na caça ao índio, tendo a FUNAI percentagens nos lucros da mineração ("renda indígena"); ^{por outro lado} a própria FUNAI acusa uma companhia colonizadora (Itaperanga) de ter entrado na área ilegalmente. No calor do debate o órgão protecionista figura ora como cúmplice dos invasores, ora como totalmente omissos e igualmente culpado. De qualquer forma, as tímidas investigações no sentido de se apurar a verdade e punir os responsáveis comprovam as ocupações ilegais e revelam que a própria FUNAI havia autorizado, meses antes (ofício nº 87/71 de

(*) RIBEIRO, 1970: p. 436.

14 de maio de 1971), o funcionamento do garimpo de diamante na área interdita de Rio Roosevelt, em plenas terras dos índios(+).

É de praxe no entanto que, acalmado os animos, nenhuma punição se efetive ou se modifique a política indigenista na região, visando evitar acontecimentos da mesma natureza. O futuro daquelas populações indígenas fica, pois, relegado ao embate de forças e é função da capacidade de resistir, apresentada pelos índios.

Enquanto se discute o problema nos centros urbanos,

a ameaça de perda de terras continua a vigorar, de forma crescente, para aquelas populações (-). Uma firma colonizadora (Itaporanga), de capital paulista, comprou os direitos de exploração da terra a antigos proprietários seringalistas e nela promove a retalhação, cobrando apenas os serviços de demarcação e algumas benfeitorias, a preços que variam de Cr\$ 2.000 a Cr\$ 18.000. Esta mesma firma é acusada de contrabando de armas de uso privativo do exército (submetralhadoras, pistolas calibre 45, etc) que se supõe servirem para a defesa dos trabalhadores em possíveis ataques de índios (+). Eis o que diz seu diretor-presidente, um rapaz de 22 anos, também prefeito da Vila Espigão D'Oeste, no Serro do da Rondônia:

Pretendemos a médio prazo colocar mais 5 mil famílias na área (já colocou 4 mil pessoas). Se a FUNAI quer que saiamos daqui, sairemos. Mas desde que nos desse novas terras e nos indenize pelo que já investimos aqui. O que corresponde a cerca de 5 bilhões antigos... O que será da Amazônia - se tratam os desbravadores, nós, dessa maneira rude, incompreensiva? Essas acusações que nos fazem, de ocuparmos terras devolutas e sermos os responsáveis pelos atritos que estão surgindo com os índios não passam de infâmias... Vimos para cá firmados em promessa verbal do antigo Governador do Território de Rondônia... As terras devolutas da União foram entregues a interessados que quisessem formar fa -

(+) Para o relato completo destes acontecimentos envolvendo os Cinta-Larga consulte-se: Revista Veja de 15-12-71; Jornal de Brasil: 7,8,9,13,17 e 21 de dezembro de 1971; O Estado de São Paulo: 4,5-1-1972.

(-) Seria injusto, aliás, falar-se de uma política intencionalmente discriminatória em relação às populações indígenas. Ao que tudo indica é prática corrente entregar-se a colonização a grandes firmas empreiteiras, onde quer que desejem se estabelecer. É de conhecimento público (O Estado de São Paulo: 30 e 31 de julho de 1971) o caso de uma colonizadora que usou da polícia de Belém para expropriar, através do uso da força, milhares de hectares a antigos posseiros na região de São

zendas para a exploração da agricultura e pecuária. Para os primeiros ocupantes foram expedidas Cartas de Aforamento(=)

Se ao tempo da borracha os períodos de refluxo da ocupação branca na região norte permitia uma relativa recuperação das populações indígenas que haviam conseguido sobreviver, hoje a situação é qualitativamente diversa. É pois através deste processo irreversível, em que a ocupação de terras indígenas se faz em consonância com os "interesses nacionais", que o índio vive, frente à sociedade nacional que se alastra, um paradoxo involuntário: ali onde a ação protecionista se faz mais necessária, dada a violência do branco na luta pela sua sobrevivência, é que ela se faz mais difícil de implantar, dada a precariedade dos meios e a combinação dos propósitos usurpadores com os propósitos desenvolvimentistas.

Esta é a situação que tende a se generalizar nas novas frentes extrativistas que se defrontarão, dentro em breve, com cerca de 24 grupos indígenas da região Norte e Centro-Oeste.

39 - Na área do pastoreio tem-se o caso recente dos conflitos desencadeados no município de Tocantínia, em Goiás, em que estão envolvidos os índios Ierente. À diferença das áreas de extrativismo, a questão central que sempre se colocou para a conquista da região Centro-Oeste foram os litígios em torno da posse e uso da terra. Nas zonas de extrativismo só muito recentemente a terra tem interessado o branco, nas zonas de pastoreio para a expansão dos febanhos foi ~~o~~ ^(e é) essencial limpar o terreno de seus ocupantes indígenas. Além disso este tipo de conquista cria, para o índio, problemas gravíssimos de subsistência ao liquidar com a caça.

Esta fronteira de expansão pastoril alcançou o grupo dos Akwên, de fala jê, que ocupava originalmente a bacia do Tocantins, desde o sul de Goiás até o Maranhão, estendendo-se do rio São Francisco ao Araguaia. De início as relações com os brancos foram de ^{grande} oposição. Seguiu-se um período de recessão das hostilidades após o estabelecimento de contatos pacíficos com os brancos em 1785, por ação do Governador de Estado de Goiás. Organizou-se o aldeamento de Dom Pedro II ou Carretão onde os

Domingos do Capim. Centenas de famílias ali viviam a mais de século-mas, contra o argumento da posse histórica, foi suficiente para a firma sulista apresentar os documentos legais exigidos (título de propriedade, título de registro, certidão negativa da FUNAI provando não haver índios no local, etc) para obter o apoio total da SUDAM na iniciativa da expulsão.

Akwéa reunidos experimentaram a vida civilizada. Esta experiência durou pouco tempo pois os índios abandonaram progressivamente o aldeamento, retornando aos antigos territórios tribais, dando início novamente às hostilidades.

Os Akwéa que voltaram à margem direita do rio Tocantins, passaram a ser conhecidos como Kerente. No ano de 1864 um missionário capuchinho se fixou próximo às aldeias Kerente com o propósito de catequisá-los. Em torno da igreja construída concentrou-se progressivamente uma população sertaneja, "que invadia, lentamente, com seus rebanhos os campos de caça dos índios, formando-se um arraial chamado Teresa Cristina, hoje Piabanhaz. Quando os índios se deram conta do logro e procuraram expulsar os invasores, já lhes restava muito pouco e isto mesmo vieram perdendo desde então" (*).

Em 1953, por ocasião da Fundação do Primeiro Feste Indígena, os Kerente estavam reduzidos a apenas 1.000 indivíduos. A área inicialmente "doada" aos índios pelo Governo de Goiás era de 8.000 alqueires mas, desde aquela época, a mesma foi demarcada sendo que o próprio posto sempre funcionou em condições precaríssimas.

Os conflitos com os fazendeiros locais sempre foram uma constante na vida dos Kerente. Em 1958 estavam reduzidos a pouco mais de 400 indivíduos, vivendo em 13 pequenos agrupamentos localizados em terras devolutas, as 508 propriedades da região ^{estavam} totalmente demarcadas e com títulos de posse expedidos pelo então Instituto Brasileiro de Reforma Agrária... (IBRA).

Segundo depoimento do Monsenhor Pedro Ferreira Riagen, vigário de Tocantínia, à Comissão Parlamentar de Inquérito a mudança do SFI para FUI NAI nada significou pois "não foram substituídos sequer os servidores responsáveis pela situação a que se chegou". Dentre as acusações que fez assinalou que, à época (1958), "o Secretário da Segurança Pública do Estado enviou expediente ao Delegado de Polícia local, autorizando a repressão de qualquer delito praticado pelos índios".

A fome tem sido a única razão dos ataques dos últimos trzentos Kerente às propriedades dos fazendeiros. Na época das estiagens, não tem do que comer, invadem contra os rebanhos, aprisionando rêsos. No comp

(*) SIMONI, 1970 p. 66.

go de setembro de 1971 os índios atacaram as fazendas e houve troca de tiros. Foi então deslocado para o local um destacamento de 12 homens da Polícia Militar com o objetivo de restabelecer o controle sobre os índios(+). A FUNAI resolveu então pôr fim, definitivamente, aos atritos e demarcar as terras indígenas; lá se encontra uma comissão com esta finalidade.

Nada indica que chegará a bom termo, pois o território reivindicado pelos índios é superior ao que os posseiros estão dispostos a reconhecer como território indígena. Além disso FUNAI pretende defini-lo, conforme tem declarado, "em função das reais necessidades dos silvícolas e dos interesses de posseiros não índios"(++). Eis um noticiário da época que permite uma avaliação da situação:

Persiste no norte de Goiás a possibilidade de um novo e mais grave conflito entre fazendeiros e índios xerentes. Isso porque ainda não foram removidas as bases do velho problema de distribuição de terras no Município de Tocantínia.

Nos últimos 20 dias mais de dez fazendeiros abandonaram suas terras, retirando o rebanho para outro município, - principalmente Porto Nacional(...)

O último conflito direto...ocorreu a duas semanas, na Aldeia do Funil. O fazendeiro Jundiaí Pinto, em represália pela perda de várias reses capturadas e abatidas pelos índios nas proximidades da aldeia, invadiu uma das palhoças dos silvícolas, acordou um índio que estava dormindo - Sarí, de 17 anos - e descarregou seu revólver - contra ele(...)

O prefeito de Tocantínia...declarou que são completamente insatisfatórias as providências adotadas pelas autoridades até agora, e que os fazendeiros - ameaçados pelos índios - continuam a sair numerosamente do município, - que está sendo totalmente esvaziado demográfica e economicamente.

A persistência do problema prende-se aos termos da divisão do território de Tocantínia (1.915 quilômetros quadrados) entre área indígena e não indígena(...). O aspecto de maior gravidade se relaciona ao fato de que dentro da área indígena - segundo o conceito da FUNAI e a reivindicação dos silvícolas - há 44 fazendeiros com títulos -

(+) O Estado de São Paulo: 3 e 4 de setembro de 1971.

(++) O Estado de São Paulo: 5-10-71.

definitivos de terras ocupadas, outorgados pelo Governo de Goiás.

O Governador Leonino Caiado, preocupado com o rápido empobrecimento de Tocantínia, manteve conversações com o presidente da FUNAI, General Bandeira de Melo, ficando resolvido que será criada uma nova comissão mista para visitar a área dos Xerentes. (+)

→ *Comiss. de Tereré: 7-10-1971*

Pouco mais de um mês, membros da comissão encarregada de prover a demarcação declaravam a disposição de não demarcar a área da Aldeia do Funil visto que ali a tarefa não era urgente, dada a ausência de conflitos⁽¹⁾.

A rápida exposição feita sobre a política indigenista da FUNAI e a análise igualmente rápida dos três casos: do Parque Nacional do Xingu, - no traçado de uma estrada; dos índios Cinta-Larga, numa área de mineração e colonização agro-pastoril; e dos Xerentes, numa região secularmente conquistada pelo gado, permitem algumas conclusões:

1. Nos dias atuais os índios, principalmente das regiões Norte e Centro-Oeste, vêm-se frente a uma nova investida das populações neo-brasileiras sobre seus territórios e aldeias; à diferença do período anterior esta investida tem sido planejada inclusive nos meios governamentais que só se preocupam com o índio nos momentos que este opõe resistência à diminuição de suas chances de vida.
2. Se o SPI, na defesa do índio, via-se obrigado a enfrentar-se com a força quase imbatível dos poderes locais e regionais a FUNAI, ao contrário, parece reconhecer naqueles poderes a legitimidade para o trato diário com o índio limitando-se a interferir ~~em~~ (em casos de conflito aberto) no sentido de garantir as diretrizes normativas de desenvolvimento nacional.
3. A continuarem os esforços da FUNAI para se tornar um organismo auto-suficiente através da exploração do trabalho indígena presenciaremos, no que será o mais curto espaço de tempo na história das populações indígenas, a uma das maiores reduções populacionais a se registrarem no país. Vale lembrar que o montante da população indígena a ser atingido pelos novos planos de colonização representa de 43 a 44% da atual população existente no país. Os que conseguirem sobreviver, por outro lado, terão o mesmo destino que as populações indígenas que atualmente vivem na região sul e nordeste do país.

(1) *Relatório de S. Paulo: 27-11-1971*

4. Todos os esforços de cientistas e leigos em prol das populações indígenas, apesar da pouca eficácia, deverão se concentrar no sentido de garantir-lhes a posse de territórios suficientes para que possam ultrapassar esta difícil fase de sua história.

.....

LISTA DOS GRUPOS INDÍGENAS DO BRASIL

(Nota explicativa)

A relação que se segue exige alguns esclarecimentos prévios.

Foram tomadas como base as listas de tribos indígenas elaboradas por KIETZMAN ("Indians and Culture Areas of Twentieth Century Brazil") e RIBEIRO (em Línguas e Culturas Indígenas do Brasil) (+) tendo-se por propósito a atualização das informações nelas contidas, de modo a se poder fazer uma reavaliação do processo depopulativo sofrido pelos grupos indígenas no Brasil atual.

Como fontes de informações recentes consultou-se, além de vasta bibliografia pertinente, os Arquivos da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e do Summer Institut of Linguistics em Brasília; informações veiculadas por jornais durante os últimos 3 anos, quando dignas de confiança; além de informações pessoais fornecidas por pesquisadores que vêm realizando trabalhos de campo junto a populações indígenas; missionários e funcionários da FUNAI.

No que se refere aos dados de população, quando as informações recentes nos pareciam dúbias preferimos manter os de KIETZMAN, isto é, dados relativos à situação populacional de cerca de cinco anos atrás. Vários grupos dados como extintos por RIBEIRO foram reabilitados quando estávamos diante de um certo incremento demográfico ou, pelo menos, diante de uma não diminuição populacional observada nos últimos quinze anos (desde a publicação daquele trabalho de RIBEIRO). Quando o grau de dispersão de algumas populações não permitia considerá-las como grupos portadores de um mínimo de viabilidade em termos de perpetuação, isto é, os grupos em via de rápida extinção, foram excluídos do corpo da lista figurando suas denominações e populações em nota final ao texto. À diferença do trabalho de RIBEIRO não classificamos os dados de população por classes de grandezas (menos de 50, 50 a 100, 100 a 250, etc), os dados aqui apresentados são estimativas mais próximas da realidade, embora estejam igualmente sujeitas a erros.

Na classificação das tribos em famílias linguísticas abandonamos a classificação usada por RIBEIRO (com base em Curt Nimuendaju, Paul Rivet e Chestmir Loukotka) e adotamos a reformulação feita por Aryon Dall' Igna Rodrigues pois, como ele mesmo afirma "comparamos, sob condições favoráveis, uma lista de 200 palavras, na maioria das vezes, porém, de 100 a 200 e, nos casos de material escasso, também listas com menos de 100 - vocábulos" (x). A superioridade deste procedimento ao de, por exemplo, - Loukotka é evidente. DALL'IGNA RODRIGUES apresenta uma divisão das línguas indígenas brasileiras, em bora provisória, em três grandes troncos, 26 famílias, 165 línguas e 163 dialetos; sendo que hoje ainda se fala no Brasil de 120 a 150 línguas ameríndias - cerca da metade do número estimado para o período para o período pré-colonial.

Eis, sinteticamente, a classificação do professor Aryon Dall' Igna Rodrigues:

A. Tronco Tupi

1. Família tupi-guarani: 14 línguas, 20 dialetos
2. Família mundurucu: 2 línguas, 2 dialetos
3. " juruna: 3 línguas, nenhum dialeto
4. " arikén: 3 " " "
5. " tupari: 3 " " 4 dialetos
6. " romarama: 3 línguas, 4 dialetos
7. " mondé: 4 línguas, 4 dialetos
8. língua puruborá, ainda não classificada em família

B. Tronco Macro-Jê

1. Família Jê: 6 línguas, 22 dialetos
2. Família kamakã: 3 línguas, 3 dialetos
3. " maxakali: 6 línguas, nenhum dialeto
4. " coroadó: 3 línguas, nenhum dialeto
5. " kariri: 2 línguas, 2 dialetos
6. " boróbo: 2 línguas, nenhum dialeto
7. 5 línguas e 10 variações dialetais ainda não classificadas em Família.

C. Tronco Aruák

1. Família aruák: 28 línguas, 30 dialetos
2. Família arawá: 2 línguas, 2 dialetos

D. Famílias não Classificadas em Troncos

1. Família karib: 15 línguas, 15 dialetos
2. " xiriandá: 4 línguas, 8 dialetos
3. " takáno: 4 " " 16 dialetos
4. " maku: 1 língua, 3 dialetos
5. " katukina: 4 línguas, nenhum dialeto
6. " maxá borá: 1 língua, nenhum dialeto
7. " murá: 2 línguas, 3 dialetos
8. " pano: 12 línguas, nenhum dialeto
9. " trapakurá: 2 línguas, 7 dialetos
10. " nanbikwára: 6 línguas, 4 dialetos
11. ? guaikurú: 2 línguas e nenhum dialeto.

- 1
- E. Línguas não Classificadas nem em troncos nem em famílias: 16 línguas, 4 dialetos.

Nos verbetes o nome da tribo vai em maiúscula no canto esquerdo-seguido pela população entre parênteses e, no canto direito em minúscula a denominação linguística da família a que pertence. Quando figura neste último lugar um ponto de interrogação (?) significa que a língua não foi classificada nem em tronco nem em família; quando constam as iniciais (n. e. f.) significa que ainda não foi classificada em família e, em último caso, quando consta um traço (—) ele é indicativo de que o grupo não usa mais língua ameríndia como meio de expressão, tendo adotado a língua portuguesa dado o avançado estágio de aculturação.

Vale apontar que no corpo dos verbetes, quando citou-se *Posto Indígena*, tomou-se como base informações fornecidas pela FUNAI o que não significa que, necessariamente, sua existência e ação sejam efetivas; há indicações seguras de que muitos possuem existência apenas jurídica.

Por último agradecemos ao professor Aryon Dall'Ígua Rodrigues e aos etnólogos Carlos de Araújo Moreira Neto e René Fuerst, sem a colaboração dos quais teria sido impossível a realização desta lista. É desnecessário dizer que estão isentos das várias imprecisões em que, certamente, incorremos.

Notas às páginas 18 e 19:

- (+) Ambas as listas encontram-se publicadas na obra coletiva editada por Janice H. HOPPER - Indians of Brazil in the Twentieth Century, Washington, 1967.
- (x) DALL'ÍGUA RODRIGUES, Aryon - "A Classificação do Tronco Linguístico Tupi", Revista de Antropologia, vol. 12 - nº 1 e 2, São Paulo, 1964, p. 99.

E R R A T A (LISTA)

Devem ser feitas as seguintes alterações no texto da lista:

1. Aripaktsá - onde se lê "nas cabeceiras" leia-se "acima da embocadura".
2. Canoeiro - suprimir "limitrofes dentre os estados de Goiás e Bahia".
3. Ipewí - onde se lê "Pará" leia-se "Mato Grosso".
4. Jamináwa - onde se lê "Rio Juruna", leia-se "rio Jurua".
5. Kaxináwa - onde se lê "Rio Morú" leia-se "Rio Muru".
6. Kreen-Akarore - incluir no fim do verbete: "Talvez sejam os mesmos Ipewí (Isolados)".
7. Incluir, depois de Maxubí, o seguinte verbeo:
 "MAYÁ (200-500)
 Vivem no alto rio Jaguarí e alto Curuçá e no Peru."
8. Anular no texto e incluir na nota final (dos "grupos que não podem ser considerados como tais..."): JABUTI, MAKURAP, MARENÁWA, MONDE, TURIWARA.
9. Incluir na mesma nota o seguinte verbeo, que não consta do texto:
 "KREM-YÊ - Alguns remanescentes vivendo em Gonçalves Dias no Estado do Maranhão".
10. KAYAPO
Krokaimoro: onde se lê "acima de São Felix", leia-se "abaixo de São Felix".

FONTES CONSULTADAS

1. BALDUS, Herbert - Bibliografia Crítica da Etnologia Brasileira. Volume I (São Paulo, 1954) e Volume II (Hanover, 1968).
2. BARROS LARAIA, Roque de & DA MATA, Roberto - Índios e Castanheiros. São Paulo, 1967.
3. BOLETINS DO MUSEU PARAENSE EMILIO GOELDI - Nova Série (Antropologia). Do nº 1 ao nº 47 (setembro de 1957 a fevereiro de 1971), Belém.
4. BULLETINS OF THE AMERICAN ANTHROPOLOGICAL ASSOCIATION - Volume IV - 1, (Resolução nº 8). Abril de 1971. Washington.
5. COELHO DOS SANTOS, Sílvio - A Integração do Índio na Sociedade Regional. Separata dos Anais do Instituto de Antropologia, nº 2. Florianópolis, 1969.
6. COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO: Destinada a Estudar a Legislação do Indígena, Investigar a Situação em que se Encontram as Remanescentes Tribos de Índios do Brasil. - Diário do Congresso Nacional, Suplemento ao nº XV. Brasília, 28 de abril de 1971.
7. DALL'IGNA RODRIGUES, Aryon - "A Classificação do tronco linguístico Tupi". Revista de Antropologia, vol 12 - nº 1 e 2. São Paulo, junho e dezembro de 1964.
8. IDBM - "Linguas Ameríndias". Museu Nacional. Rio. Mimeografado.
9. FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO- Arquivo da. Brasília.
10. IDEM - "Plano de Integração Indígena". Folha de São Paulo, 29 de dezembro de 1968.
11. IDEM - Supysáua: o índio brasileiro. (Em colaboração com a Caixa Econômica Federal). Brasília, s/d.
12. GAMA MALCHER, J. M.- Índios: grau de integração na comunidade nacional, grupos linguísticos, localização. Publicação do Ministério da Agricultura. Rio, 1967.
13. JORNAIS- a. CORREIO DA MANHÃ. Rio, 1968 a janeiro de 1972.
b. FOLHA DE SÃO PAULO. São Paulo, 1968 a janeiro de 1972.
c. JORNAL DO BRASIL. Rio, 1971 a janeiro de 1972.
d. JORNAL DA TARDE. São Paulo, 1968 a janeiro de 1972.
e. O ESTADO DE SÃO PAULO. São Paulo, 1970 a janeiro de 1972.
14. MATA, Roberto da - "Notas sobre o contacto e extinção dos Índios Gaviões do médio rio Tocantins". Separata da Revista do Museu Paulista, nova série - volume XIV. São Paulo, 1963.
15. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA- Relatório das Atividades do Serviço de Proteção aos Índios, 1953 e 1954, Rio.
16. MOREIRA NETO, Carlos de Araujo - "Relatório sobre a situação atual dos Índios Kayapó". Revista de Antropologia. Vol. VII, nº 1-2. São Paulo, 1959.

17. MORAIRA NETO, Carlos de Araujo - "O Estado de Hop-Kroxe Kam Aibân entre os Índios Kayapó". América Indígena, vol. XXV-nº 4. México, 1965.
18. IDEM - "Constantes Históricas do 'Indigenato' no Brasil". Atas do Simpósio sobre a Biota Amazônica, vol. 2 (Antropologia). Rio, 1967.
19. MIGLIAZZA, Ernesto - "Grupos Linguísticos do Território Federal de Roraima". Atas do Simpósio sobre a Biota Amazônica, vol. 2. Rio, 1967.
20. MAYBURY-LEWIS, David - Akwẽ-Xavante Society. Londres, 1967.
21. NIMUENDAJU, Curt - The Eastern Timbira. Berkley, 1946.
22. IDEM - Mapa Etno-histórico do Brasil e regiões adjacentes: acompanhado de bibliografia e lista de tribos. Belém, 1944. (Cópia do Museu Nacional, 1964.)
23. MELATTI, Júlio Cesar - Índios e Criadores. Rio, 1967.
24. O'LEARY, Timothy J. - Ethnographic Bibliography of South America. New Haven, 1963.
25. OLIVEIRA, Roberto Cardoso de - "Bases para uma Política Indigenista". Separata da Revista Brasileira de Estudos Políticos, nº 10. Belo Horizonte, 1961.
26. IDEM - O Índio e o Mundo dos Brancos. São Paulo, 1964.
27. IDEM - "Problemas e Hipóteses Relativos à Fricção Interétnica: sugestões para uma Metodologia". América Indígena, vol. 28 - nº 2. México, 1968.
28. IDEM-- "Indigenismo ou Colonialismo?" Revista Civilização Brasileira, nº 19/20. Rio, 1968.
29. PINTO, Estevão - Etnologia Brasileira: fulniã - os últimos tapuias. São Paulo, 1956.
30. REALIDADE, Revista - Número especial sobre a Amazônia, acompanhado de Mapa. São Paulo, outubro de 1971.
31. RIBEIRO, Darcy - "Convívio e Contaminação". Sociologia, vol. 13 - nº 1. São Paulo, 1956.
32. IDEM - Línguas e Culturas Indígenas do Brasil. Educação e Ciências Sociais. Rio, 1957.
33. IDEM - Os Índios e a Civilização. Rio, 1970.
34. RUBINGER, Marcos Magalhães - "Projeto de Pesquisa Maxakali: grupo indígena do nordeste de Minas Gerais". Belo Horizonte, 1963.
35. SALZANO, Francesco Mauro - "Estudos Genéticos e Demográficos entre os Índios do Rio Grande do Sul" Boletim do Instituto de Ciências Naturais, nº 9. Porto Alegre, 1961.
36. SCHADEN, Egon - Aspectos Fundamentais da Cultura Guaraní. São Paulo, 1961.

37. SCHAWADE, Pe. Egidio e outros - Pesquisa entre os Índios Kaingang do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1969.
38. SIMÕES, Mário - "Os 'Trikão' e outras tribos marginais do Alto Xingu". Separata da Revista do Museu Paulista, nova série vol. XIV. São Paulo, 1963.

~~XXXXXXXXXX~~

39. SUMNER INSTITUTE OF LINGUISTICS - Arquivos do. Brasília.
40. VÁRIOS - Handbook of South America Indians. Volumes 1, 3 e 7. Washington, 1946.
41. VÁRIOS - Indians of Brazil in the Twentieth Century: Institute for Cross Cultural Research. Washington, 1967.

LISTA DOS GRUPOS INDÍGENAS DO BRASIL

AGAVOTOKUENG

?

Referidos pelos índios xinguanos como semelhantes aos yawalapti. Vivem entre os rios Curisevo e Culuene, formadores do Xingú. (Isolados)

AIWATERÍ

xirianá

Estão localizados nos rios Mapulau e Tootobi, tributários do Demeni. - Sob controle do Posto Indígena (PI) Ajuricaba, no mun. de Barcelos.

AMANAYÉ (50)

tupi-guarani

Também conhecidos por manajé, vivem nas cabeceiras dos rios Capim e Mojú.

APALÁÍ (50-100)

karib

Também conhecidos como aparáí ou araráí, vivem no alto rio Parú de Leite, Jarí e Mæcurú.

APIAKÁ (100-200)

tupi-guarani

Estão localizados no alto rio Tapajós, no baixo Juruena e entre os rios dos Peixes e baixo Teles Pires. Existe um grupo hostil próximo ao Rio dos Peixes.

APINAYÉ (290)

je

Localizados na margem esquerda do Rio Tocantins, a oeste da cidade de Tocantinópolis; PI-Apinajé, no mun. de Tocantinópolis.

APURINÃ (230)

aruak

Também conhecidos pelo nome de ipurinã, estão localizados no médio rio Purus, acima do Rio Acre e no Perú.

ARARA (500-600)

romarana

Localizados no Rio Machado e no Rio Jiparaná, próximo à cidade de Rondônia.

ARARA

karib

Localizados no Rio Penetecaua com Rio Jaracú, no baixo Xingu. Ultimamente têm experimentado contactos eventuais com as frentes de trabalho ocupadas na construção da rodovia Transamazônica (Trans-AM). (Isolados).

ARIKAPU (50)

n. c. f.

Localizados nas cabeceiras do Rio Branco, perto da cidade de Vilhena.

ARIKIENA (300)

aruak

Também conhecidos como warikyana, vivem no médio rio Trombetas.

ARIPAKTSÁ (250-300)

n. c. f.

Também conhecidos pelo nome de erigpaktsá, vivem nas cabeceiras do Rio Arinos, afluente do Juruena.

ASURINÍ (40-50)

tupi-guarani

Também conhecidos pela denominação kayapó kuben-kamreg-ti. Vivem no PI Trocará, no mun. de Tucuruí. Existe outro grupo arredio (Isolado) no Rio Bacajá, afluente do Xingú.

ATRUAHÍ (ver waymirí)

ATICUM (1.500)

Também conhecidos como huamué, vivem junto ao PI-Aticum, no mun. de Floresta no Estado de Pernambuco.

AWETI (50)

tupi-guarani

Vivem no Parque Nacional do Xingu, assistidos pelo PI-Diauarum, no mun. de Barra do Garças.

BAKAIRÍ (250)

karib

Localizados na Chapada dos Guimarães, à margem direita do Rio Parana-tinga, próximo à desembocadura do ribeirão Azul. Sob a responsabilidade do PI-Bakairí.

BANIWA (1.400)

aruaq

Vivem às margens do Rio Içana e Rio Aiarí, compreendendo os sub-grupos káru e karupáka. Assistidos pelas missões Novas Tribos do Brasil e Salesiana do Içana.

BEIÇO DE PAU

(ver suyá)

BORÔRO (500)

borôro

Estão localizados no Rio São Lourenço, ao sul e leste da cidade de Cuiabá.

BOTOCUDO (ver gueren)

CANELA (200)

já

São também conhecidos por rankókamekra e apâniekra, vivendo junto aos Postos Indígenas: Canela e Porquinhos, ambos no mun. de Barra do Corda.

CANOEIROS (80)

?

Também conhecidos como avá, estão dispersos em aldeamentos entre o rio Formoso e o braço direito do Rio Araguaia. Tendo em vista recentes atritos com fazendeiros da região limítrofe entre os estados de Goiás e Bahia, a FUNAI organizou este ano uma expedição de atração. (Isolados).

GINTA-LARGA

mondé

Localizados na confluência dos rios Camararé, Iquê e Doze de Outubro, nas cabeceiras do Rio Aripuanã, em fase de atração. São frequentemente

confundidos com os suruí do Jiparaná por ambos usarem cintos na altura do abdômen; ambos da família linguística mondé, contudo falam línguas diversas. (Isolados)

DANI (300)

araúá

Também conhecidos pelo nome de deni, estão localizados nas cabeceiras do Rio Tapauá-Cunhuã.

DESANA (ver wananá)

DIARRÓI (100)

tupi-guarani

Localizados no Rio Preto, alto Marmelos.

DIGUT (95)

mondé

Localizados às margens do Rio Lourdes, tributário do Machado, à direita do médio Jiparaná. Habitam em área contígua à dos suruí e falam a mesma língua que estes, numa variação dialetal.

DIÓRE (ver xikrin)

EMERILON (60)

tupi-guarani

Também chamados emeriô, émerillon, emerenhã e tekó. Estão localizados entre os rios Camopi, Tamouri e Tampok, no extremo norte do Território do Amapá e em Surinã. Sob a responsabilidade do PI-Oiapoque, no mun. de mesmo nome.

FULNIÔ (1.800)

fulniô

Também conhecidos por karnijó, vivem junto aos povos PI-Fulniô no mun. de Aguas Belas no estado de Pernambuco.

GALERA (ver nambikuara)

GALIBÍ-MARWÔRNO (560)

Estão localizados no Rio Uaçá: na vila "Kumarumã" e nos lugares denominados Arampaká, Biscate e Inajá; sob a responsabilidade do PI-Uaçá no mun. de Oiapoque, Território do Amapá.

GALIBÍ (60)

karib

Localizados do lado brasileiro do Rio Oiapoque e no Surinã.

GAVIÃO (50-100)

jê

Estão localizados à margem direita do Rio Tocantins, na altura da cidade de Marabá, a 2 km da rodovia Marabá-Altamira. Havia dois grupos distintos - pukobié e katigé - que desde de 1969 estão reunidos, por ação da FUNAI, sob a responsabilidade do PI-Mãe Maria, no mun. de Marabá.

GOROTIRE (ver kayapó)

GUAHARÍBO

Nome genérico atribuído a vários grupos de diferentes línguas dentro da família xirianá, principalmente aos que vivem ao largo dos rios

Auaris e Araçá. É correto quando usado em referência aos grupos da Venezuela. No Brasil se refere aos índios chamados xamatari pelos demais grupos xirianá.

GUAJÁ (300)

?

Estão localizados no alto Rio Pindaré, sul da Serra da Desordem, e no Rio Cará. Sob a responsabilidade do PI-Cará, no mun. de Bom Jardim no estado do Maranhão.

GUAJAJARA (2.500)

tupi-guarani

Localizados entre o Rio Pindaré e o alto Rio Nearia. Distribuídos em 5 Postos Indígenas: Araxibóia, no mun. de Amarante do Maranhão; Bacurizinha, no mun. de Grajaú; Guajajara, no mun. de Barra do Corda; Cará e Pindaré, no mun. de Bom Jardim.

GUARANI (6.500)

tupi-guarani

Dispersos nos vários Postos Indígenas do Brasil Meridional, com concentração maior ao sul de Mato Grosso (Kaiwá), Paraná, Santa Catarina, São Paulo e Rio Grande do Sul. Esta denominação compreende: Kaiwá - 3.000, ñandéva - 500 e mbiá - 3.000.

GUATÓ (30)

n. c. f.

Estão localizados à margem esquerda do Rio Paraguai, ao norte da cidade de Corumbá.

GUEREN (2.000-4.000)

Também conhecidos pelas denominações de botocudo e aimoré, habitam na região de Olivença, no sudeste do estado da Bahia.

HOHODENE

aruak

Trata-se de um grupo baniwá, localizado no médio Içana e no Ayari.

INGARIKÓ (100)

?

Vivem nas cabeceiras do rio Contigo, na Serra do Sol.

IPEWÍ

?

Estão localizados à margem direita do Rio Teles Pires, no estado do Pará. (Isolados).

IPURINÂN (ver apurinã)

IRÁNTXE (50)

n. c. f.

Localizados próximos à cidade de Utiariti, nas cabeceiras do Rio Cravari; sob responsabilidade do PI-Irantxe no mun. de Diamantina no estado de Mato Grosso.

ITOGAPÚK (100)

ramarána

Também conhecidos por ntogapúá, estão localizados entre o Rio Roosevelt e as cabeceiras do Rio Marmelos.

JABUTI (26)

?

Localizados nas cabeceiras do Rio Branco, afluente da margem direita do Rio Guaporé, em Rondônia.

JAMAMADÍ (450)

arauá

Também conhecidos por yamamadí, vivem à margem esquerda do médio Purus.

JAMINÁWA (230)

pano

Vivem nos rios Chandless, no baixo Rio Iacó, no alto Rio Acre e Rio Jurúna.

JABUARA (120)

arauá

Vivem no médio Purus.

JAVAE (ver karajá)

JUMÁ

tupi-guarani

Habitam as cabeceiras do Rio Ipixuna, Mucuí e Jacaré. As últimas informações dão conta da existência de apenas sete remanescentes, dada a perseguição dos caucheiros a população não deve, na melhor das hipóteses, ultrapassar algumas dezenas.

JURUNA (60)

jurúna

Estão localizados nas nascentes do Rio Jarauná e Penatecaua, no Parque Nacional do Xingú. Existência não confirmada de um grupo jurúna no baixo Rio Xingu, estado do Pará (Isolados).

KAAPOR (500)

tupi-guarani

Também conhecidos pelo nome de urubú, vivem entre os rios Gurupí e Turiaçu. Sob responsabilidade do PI:Urubu-Kaapor no mun. de Carutapera no estado do Maranhão.

KABIXI (ver nambikuara)

KADIWÉU (150-200)

guaikurú

Estão localizados entre a Serra Bodoquena e os rios Nabileque e Aquidã, sob responsabilidade dos Postos Indígenas: Bodoquena, no mun. de Porto Murtinho, São João e Nalique, ambos também no mun. de Porto Murtinho; no PI-Ialima no mun. de Miranda.

KAIMBÉ (500)

Estão localizados próximos à cidade de Massaparã, no nordeste do estado da Bahia.

KAINGÁNG (5.800-6.200)

je

Também conhecidos pelos nomes de coroado e guaianá, falam ou falavam três variações dialetais - kaingáng do norte, central e do sul -; atualmente vivem espalhados por vários Postos Indígenas do Brasil Meridional: 1. No estado do São Paulo, Arariba, Icatu, Aldeia José de Anchieta, Aldeia Rio Branco, Ajudância de Baurú e Vanairé; 2. no estado do Paraná, Cacique Doble, Guarita, Carreteiro, Anhacará, Ligeiro, Nonoá e Votouro; 3. no estado do Paraná, Apucarana, Barão de Antoninha, Faxi

nal, Guarapuava, Ivaí, Iaranginha, Mangueirinha, Palmas, Pinhalzinho, -
Aldeia Salto Mauá, Queimadas e Rio das Cobras; 4. no estado de Santa -
Catarina, Xanxerê.

KALAPÁLO (100)

karib

Estão localizados no Parque Nacional do Xingu.

KAMBIWÁ (500)

Próximo à Serra Talhada no estado de Pernambuco.

KAMAYURÁ (130)

tupi-guarani

Vivem no Parque Nacional do Xingu, próximo ao PI-Leonardo Vilas-Boas.

KAMPA (120)

aruak

Vivem nas cabeceiras do rio Jurua e no Peru.

KANAMARI (30-40)

Vivem próximo à cidade de Feijó às margens do rio Embira, afluente do
Jurua.

KARAJÁ (800-900)

n. e. f.

Vivem às margens do Rio Araguaia, ao longo de quase toda a ilha do Ba-
nanal e imediatamente ao norte da ilha; divididos em vários grupos locais.
Sob a responsabilidade dos Postos Indígenas: Barreira Branca, Canuanã,
Santa Isabel do Morro, Aldeia Fontoura e Aldeia Macauba, no mun. de -
São Miguel do Araguaia; Xambioá, no mun. de Araguaína. É preciso ressal-
tar que o total de população acima compreende o subgrupo javaé, que fala
uma variação dialetal da língua karajá.

KARARÃO (ver kayapó)

KARIPUNA (400-500)

Vivem no curso médio do rio Curupi, afluente do Uaçá, e no médio e bai-
xo Oiapoque; sob a responsabilidade do PI:Uaçá, no mun. de Oiapoque.

KARITIANA (60)

arikém

Vivem no baixo rio Candeias, sob a responsabilidade dos PIs: Caritiana
e Rio Jamarí, no mun. de Porto Velho em Rondônia.

KAWIANXX

KATAWIAN (100)

karib

Vivem atualmente junto aos waiwai (ver parukotó-karúma).

KATUKÍNA (275)

katukína

Vivem em três aldeias dispersas: uma no rio Bia, tributário do Jutaf, outra no Jandituba e finalmente outra próxima à cidade de Feijó.

KAWAHÍB (600-900)

tupi-guarani

Sob esta denominação reúnem-se vários subgrupos falando variações diale-
tais da língua kawahíb:

1. parintintia, de 100 a 150 no Rio Madeira, Rio Ipixuna e Rio-
Nove de Janeiro;
2. tenharim ou boca negra, cerca de 70 no Rio Marmelos;
3. paranawát, wiraféd e tukunafed, cada grupo com cerca de 50 in-
divíduos, ao longo dos pequenos tributários (Riozinho, Leiteão,
Muqui e Cacoai) do Jiparaná;
4. kayabí, no Parque Nacional do Xingu (250) e nos rios Teles Pi-
res, Verde e Rio dos Peixes, além de alguns grupos isolados.

KAXARARI (50)

aruak

Nas cabeceiras do rio Ituxi.

KAXINÁWA (100)

pano

Vivem às margens do Rio Chandless, do Rio Moré e próximo à cidade de
Feijó.

KAXUIÁNA (50)

karib

Habitavam o Rio Cachorro, afluente do Trombetas e em 1970 foram deslo-
cados para o alto Rio Paru do Oeste, junto aos tirió, no Parque Nacio-
nal do Tumucumaque. São assistidos pela Missão Franciscana.

KAYAPÓ

(1.800-2.200)

jê

Designação genérica para uma série de grupos falando variações diale-
tais da língua kayapó, vivem nos rios Araguaia, Xingu e Tapajos e seus
afluentes, nos Estados do Pará e Mato Grosso:

1. kubén-kragnotire, (250-300) no alto Rio Iriri e Rio Curuá, tam-
bém conhecidos por menkra-nontire, sob a responsabilidade dos
Postos Indígenas Baú e Menkranontire no mun. de Altamira;
2. krokaimoro (100-120) na Serra Encontrada, acima de São Felix,
na margem direita do Rio Xingu; sob a responsabilidade do PI-
Krokaimoro no mun. de S. Felix do Xingú;
3. kubén-kran-kegn (300-350), no Rio Fresco e Riozinho, junto ao
PI-Kubén-kran-kegn no mun. de São Felix do Xingú;
4. gorotire (200-250) no Rio Fresco, sob responsabilidade do PI-
Gorotire no mun. de São Felix do Xingú;
5. xikrin (280), registra-se a existência de dois grupos, um deles
está localizado no Rio Caeteté, afluente do Itacaiúnas (130),
o outro no Rio Bacajá, afluente do Xingú. O primeiro grupo sob
responsabilidade da Missão Dominicana, os últimos sob a respon-

- sabilidade do PI: Rio Bacajá no mun. de Senador José Porfírio.
6. ixákahamãí ou mentuktire (500-600) no Parque Nacional do Xingu e próximo à Cachoeira de von Martius.
 7. kararaá (200-300) (+) existência provável nas nascentes do Rio Oupari, afluente do Tapajós (Isolados)

Estes grupos vivem em constante fracionamento dado o tipo de estrutura social em que uma das metades vive sempre em desequilíbrio com a outra.

KIRIRÍ (800-1000)

Vivem junto ao PI-Kiriri no mun. de Ribeira do Pombal no estado da Bahia.

KOBWA (500)

tukano

Vivem entre o Rio Uaupés e as cabeceiras do Aiarí e na Colômbia.

KRAHÓ (630)

jê

Vivem à margem direita do Rio Tocantins, ao sul da cidade de Carolina, sob responsabilidade do PI-Krahó no mun. de Ipiacaó no estado de Goiás.

KREEN-AKARORE (100-500) (+)

?

Vivem no rio Peixoto de Azevedo e na Serra do Carimbo. (Isolados).

KRIKATÍ (100)

jê

Ao norte da cidade de Imperatriz, sob a responsabilidade do PI-Krikatí no mun. de Montes Altos no estado do Maranhão.

KUIKURO (150)

karib

Vivem no Parque Nacional do Xingu à margem esquerda do Rio Culuene.

KULÍNA (350)

araúá

Vivem no rio Chandless, no alto rio Purus e no alto Rio Acarauá.

KURUÁYA

tupi-guaran

Localizados provavelmente entre os rios Jamaxim e Gurua. (Isolados).

MAKÚ (150-200)

makú

Vivem entre os rios Uaupés e Japurá, no noroeste do estado do Amazonas. Também conhecidos por makunabôôô.

MAKURÁP (60)

Os remanescentes deste grupo estão espalhados na região do Rio Branco, afluente do Guaporé, de forma a não constituírem mais uma unidade.

MAKUXI (3.000)

karib

Vivem no alto Rio Branco, no território de Roraima, na Guiana e na Venezuela. Sob responsabilidade do PI-São Marcos no mun. de Bos Vista.

MAMAINDE (ver nambikúára)

MANAIRISU (ver nambikúára)

MANDAWAKA

aruák

Vivem no alto rio Cauaboris, afluente da margem esquerda do Rio Negro, no estado do Amazonas.

MANITENERÍ (150)

aruák

Vivem no alto rio Iaco e Rio Acre, e no Perú onde são conhecidos pelo nome de pire.

MANITSAWÁ

jurúna

O grupo que habitava o rio Manitsaua-missu, afluente do alto rio Xingu está extinto mas há a possibilidade de um grupo isolado nas proximidades.

MAOPITYAN

Vivem entre as nascentes do Cafuini e do Mapuera, no estado do Pará. Também conhecidos por mapidian.

MARINÁWA (150-200)

pano

No alto rio Envira, afluente do Tarauacá, espalhados pela região, bastante descharacterizados como grupo.

MARUBO (500)

pano

Também conhecidos como mayorúna, vivem no alto Rio Ituí e Rio Curuçá. Sob responsabilidade do PI-Tukúna nos muns. de Benjamin Constant e Atalaia do Norte.

MATIPUHY (60)

karib

Vivem no Parque Nacional do Xingú juntamente com outra tribo karib, os nahukúá.

MAWE (2.000)

tupi-guarani

Também conhecidos por sataré, estão espalhados pelos rios Parintins, Maús, Andirá, Urupadé e Mamarú na região do baixo Madeira. Sob a responsabilidade de vários Postos Indígenas: Rio Andirá, Rio Autazes, Coatá, Rio Marau, Mucajá e Tabocal.

MAXAKALI (270)

maxakali

Vivem em duas aldeias na região das cabeceiras do rio Itanhaem, sob a responsabilidade do PI-Maxakali no mun. de Bertópolis no estado de Minas Gerais.

MAXUBI (ver arikapú)

MAYONGONG (80)

karib

Também conhecidos pelo nome de iekwana vivem no alto rio Auaris e na Venezuela.

MEHINÁKU (70)

aruák

Vivem no Parque Nacional do Xingú, à margem esquerda do rio Curisevo.

MENTUKTIRE (ver kayapó)

MEHKRA-MONTIRE (ver kayapó)

MONDÉ (30)

mondé

Também conhecidos por sansamaikã e salamãí, vivem nas proximidades do Rio Pimenta Bueno.

MORERÉBI (100)

tupi-guarani

Vivem no Rio Preto, alto Marmelos.

MUDJETIRE (50)

tupi-guarani

É uma designação kayapó para o grupo também conhecido pelo nome de suruí que vive no igarapé Grotão dos Caboclos, afluente do Sororózinho, tributário do Itacaiúnas. São assistidos pela Missão Dominicana.

MUNDURUKÚ (1.500)

tupi-guarani

Estão localizados entre o Rio das Tropas e Cururú, no alto Tapajós e nos Rios Cammã e Marimari; sob a responsabilidade de vários Postos Indígenas, especialmente o de Mundurukú no mun. de Itaituba e são também assistidos pela Missão Franciscana.

MURÁ-PIRAHÁ (100-150)

murá

Vivem espalhados pelos rios Marmelos, Macaí, Manicoré e Capanã no curso médio do Madeira.

NYAHÁ

Grupo não identificado que andou incursionando nas proximidades do antigo aldeamento dos kayabí, no Rio Arraes, afluente do Manitsauá.

NAHUKUÁ (ver matipuhy)

NAMBIKURÁ (500-700)

nambikurá

Vários grupos vivendo no noroeste do estado de Mato Grosso, entre o alto Guaporé e alto Juruena:

1. sararé ou kabixí (150), no rio Sararé, afluente da margem direita do alto Guaporé;
2. mamaindé (50), no rio Cabixí, afluente da margem direita do alto rio Guaporé;
3. galera ou manarisí no rio Galera, alto Guaporé;
4. sabanês (25), no curso superior do Rio Roosevelt;

5. nambikuára (250), entre os rios Camararé e Buriti, sob a responsabilidade do PI:Nambikuára no mun. de Mato Grosso.

NUMBIAÍ (50) ?

Vivem entre os rios Marmelos e Aripuanã; também conhecidos como orelha de pau.

OYAMPÍK (200-250)

tupi-guarani

Também conhecidos pelo nome de wayapé, vivem dispersos pelas margens do Rio Oiapoque e Rio Cuc no território do Amapá.

PAKAÁNOVA (525)

txapakúra

No rio Pacaás Novas e à margem direita do rio Guaporé, perto da cidade de Guajará-Mirim. Sob a responsabilidade dos Postos Indígenas: Pakaá-Nova, Rio Guaporé e Igarapé Lage, todos no mun. de Guajará-Mirim. São também conhecidos pelo nome de txapakará.

PALIKUR (400)

aruák

Vivem no rio Urucanã, afluente do Uaçá, entre médio e baixo Oiapoque; sob a responsabilidade do PI-Uaçá no mun. de Oiapoque.

PALMARÍ (250)

arauá

Nas barrancas do médio Purus.

PANKARARÚ (2.200-2.500)

Vivem junto ao PI-Pankararú no mun. de Petrolândia no estado de Pernambuco.

PARAKANÂN (400-600)

tupi-guarani

Vivem na margem esquerda do médio Tocantins, nas cabeceiras do Rio Pacajá, sob a responsabilidade do PI-Pucuruí no mun. de Tucuruí.

PARANAWAT (ver kawahib)

PARESI (300-450)

aruák

Vivem ao longo da rodovia Culabá-Porto Velho em pequenos grupos; sob a responsabilidade dos Postos Indígenas Umutina, no mun. de Barra-dos-Burgues e Irantzé, no mun. de Diamantina no estado de Mato Grosso.

PARINTINTIN (ver kawahib)

PARUKOTÓ-XARUMA (1.500)

karib

Vários subgrupos localizados a oeste do rio Trombetas e nos seus tributários. Os hixkaryana (280), os waiwái e outros.

PATAXÓ - HAHAHÃI (200)

Vivem no Parque Nacional de Monte Pascoal no sul do estado da Bahia; a FUNAI e o Governo da Bahia estão estudando a possibilidade de transferi-los para uma outra área localizada na Ponta de Itaquera, ao norte do Rio dos Frades, entre Porto Seguro e Monte Pascoal.

POTIGUÁRA (1.000)

Estão dispersos em várias vilas ao longo da costa, sob a responsabilidade do PI-Potiguára no mun. de Baía da Traição no estado da Paraíba.

POYANÁWA (50)

Vivem no alto Rio Mõa, no estado do Acre.

pano

PUROBORÁ (100)

Vivem nas cabeceiras do Rio São Miguel, na Rondônia.

n. c. f

RAMKOKAMEKRÁ (ver canela)

RODELA (200)

Também conhecidos por tuxá, vivem junto ao PI-Rodelas no mun. de mesmo nome no estado da Bahia.

SABANES (ver nambikuara)

SARARÉ (ver nambikuára)

SURVI(1.200-1.600)

Estão localizados às margens do rio Roosevelt e afluentes, entre o Rio Jiparaná e Rio Aripuanã. (ver cinta-larga)

mondé

SUYÁ (125)

Estão localizados no Rio Sulé-missú no Parque Nacional do Xingú. Desde 1970 vivem com eles os remanescentes beico de pau ou tapanhuna (40).

je

TAPIRAPÉ (80)

Vivem no Rio Tapirapé, afluente do Araguaia. São assistidos por uma missão religiosa: as Irmanzinhas de Jesus. Provavelmente serão transferidos para o Parque Indígena do Araguaia, na Ilha do Bananal, no interior do Parque Nacional do Araguaia. Esta reserva foi criada por decreto presidencial de 22/9/1971.

tupi-guarani

TARIÁNA (500)

Vivem no médio e baixo rio Uaupés, sob responsabilidade da Ajuda Uaupés no mun. de mesmo nome.

aruák

TAULIPANG (1.000)

Também conhecidos por jarikúna e taurepã, vivem no Rio Surumá, Rio Cotingo e nas nascentes do Maú, também no Rio Majari, na região serrana do Paracaima na Roraima.

karib

- TEMBE (200)** tupi-guarani
Vivem entre os rios Gurupi e Acará, sob responsabilidade do PI-Alto Rio Guamá no mun. de Ourém, no estado do Pará.
- TERÊNA (4.000)** aruaik
Vivem distribuídos em doze Postos Indígenas em vários municípios do sul do estado de Mato Grosso, entre os rios Miranda e Aquidauana, e alguns no estado de São Paulo. No PI-Lalima, no mun. de Miranda, estado do Mato Grosso, encontram-se alguns remanescentes dos grupos kiakikão (14) e layana, vivendo com os terêna.
- TIRIÓ (230)** karib
Vivem no alto Rio Pará de Oeste, no Parque Nacional Indígena de Tumucumaque.
- TRUMAI (25)** n. c. f.
Vivem no Parque Nacional do Xingu.
- TUKANA** tukano
Pequenos grupos que habitam os rios Tiquié e Papuri.
- TUKUNA (2.600)** n. c. f.
Vivem nas duas margens do Rio Solimões, entre o Rio Igá e a fronteira com a Colômbia.
- TUKUNAPÉD (ver kawahib)**
- TUPARI (80)** tupari
Vivem à Margem direita do Rio Branco, afluente da margem esquerda do Guaporé, no território da Rondônia.
- TURIWÁRA (20)** tupi-guarani
Os remanescentes deste grupo vivem no rio Acará e Cairazi, no estado do Pará, diluídos na população local, e são comumente confundidos com os amanayé.
- TUXÁ (ver rodela)**
- TXIKÃO (50)** karib
Vivem no Parque Nacional de Xingu, próximos ao Dianarua.
- TXUKAHAMAI (ver kayapó)**
- URUPÁ (150)** trapakura
Vivem nos rios Urupá e alguns no Rio Jamarí.
- WAYAPÉ (ver oyampik)**
- WAIKÁ (ver yanomami)**
- WAIMIRÍ (2.000)** karib
Vivem espalhados em treze aldeias nos rios Alalaí e Janaperí, afluentes do Rio Negro. São conhecidos pelo nome de waimirí-atruahí que corresponde a dois grupos que viviam em processo de fricção intertribal; com a

recente pacificação uniram-se diante da sociedade nacional. Sob responsabilidade do PI-Camaradê no mun. de Airão no estado do Amazonas.

WAIWAI (ver parukotó-zaxina)

WANANA (900)

tukano

Incluindo os grupos dialetais waikino (ou pirá-tapúya) e desana (ou tsana), vivem no Rio Uaupés próximo à desembocadura do Tiquié. Sob a responsabilidade do PI-Kawaberí e da Ajudância Uaupés no mun. do mesmo nome e da Missão Salesiana do Janareté.

WAPITXANA (200-300)

aruak

Vivem no Rio Majari, afluente do baixo Uraricoera a oeste do alto Rio Branco. Esta tribo deve contar com 2.000 a 3.000 indivíduos vivendo na Guiana.

WAURÁ (115)

aruak

Vivem no Parque Nacional do Lingü.

WAYANA (100)

karib

Juntamente com os urukuiãna, que falam uma variação dialetal da língua wayana, vivem no alto Rio Parí do Este, no Surinã e na Guiana Francesa.

WIRAFED (ver kawahib)

XAVANTE (1.500-2.000)

je

Vivem na margem esquerda do baixo e na margem direita do alto Rio das Mortes, assim como na margem direita do alto Rio Batovi e Rio Teles Pires. Sob responsabilidade de vários Postos Indígenas: Mal. Rondon e Aldeia Paraíso no mun. Chapada dos Guimarães; Areicões, Rio das Mortes e Xavante, no mun. de Barra do Garças; também são assistidos por uma missão religiosa.

XERENTE (250-300)

je

Vivem próximo aos Postos Indígenas Rio do Sono, no mun. de Pedro Afonso e Xerente no mun. de Tocantínia no estado de Goiás.

XIKRIN (ver kayapó)

XIRIANÁ (ver vaouani)

XOKLÉNG (300-400)

je

Vivem junto aos Postos Indígenas Ibirama, no mun. do mesmo nome no estado de Santa Catarina e Ligeiro, no mun. de Tapejara no estado do Rio Grande do Sul.

XUKURÚ (1.500)

Vivem nas proximidades do PI-Xukurú no mun. de Pesqueira no estado de Pernambuco.